

A proposta dos EUA para a dívida

GAZETA MERCANTIL

13 MAR 1989

Externa

por Getulio Bittencourt
de Washington

A estratégia do governo George Bush para a dívida externa do Terceiro Mundo, que o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, delineou na sexta-feira em almoço com os membros do Bretton Woods Committee, no Departamento de Estado, tem seis pontos-chave:

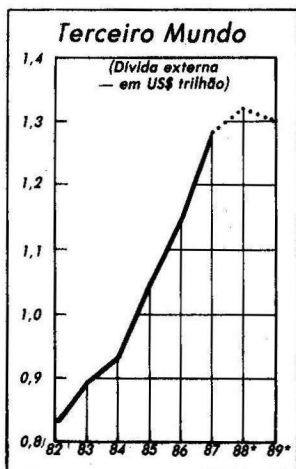
- "Primeiro", disse ele, "obviamente os recursos financeiros são escassos. Eles podem ser usados mais efetivamente".

- "Segundo, nós devemos reconhecer que reverter a fuga de capital oferece uma grande oportunidade, já que em muitos casos a fuga de capital é maior que a dívida."

- "Terceiro, não há substituto para políticas firmes".

- "Quarto, nós precisamos manter o importante papel das instituições financeiras internacionais e preservar sua integridade financeira".

- "Quinto, nós devemos encorajar a redução de dívida e do serviço da divi-



Fonte: Banco Mundial
* Estimativa

da numa base voluntária, enquanto reconhecemos a importância de continuar com novos empréstimos. Isso deve prover um passo importante na volta ao mercado aberto, onde os fundos abundam e transações são concluídas em dias, não meses".

- "Finalmente, nós devemos desenhar esses elementos em conjunto para prover os países endividados com maior esperança pelo futuro".

Brady seria ainda mais específico em seu discurso de quase oito páginas. "Primeiro e sobretudo, as nações endividadas devem enfocar particular atenção na adoção de políticas que melhor encoragem fluxo de novos investimentos, fortaleçam a poupança doméstica e promovam o retorno de capital", ressaltou o se-

"a comunidade credora — os bancos comerciais, instituições financeiras internacionais e governos credores — devem prover suporte financeiro maior e mais rápido" para os países em desenvolvimento.

No que seria saudado como um importante avanço da política norte-americana, Brady diria em seguida que o caminho para valorizar o crédito dos países do Terceiro Mundo e para seu retorno ao mercado "precisa incluir a redução da dívida". E daria sua própria receita: "Para ser específico, as cláusulas de compartilhamento e de promessas negativas incluídas em acordos de empréstimos existentes são uma barreira substancial à redução da dívida".

Essa frase, por mais obscura que pareça, é importante. "Compartilhamento" (shared burden) é uma cláusula que impede os bancos e os países de fazerem acordos separados, sem o consentimento e participação

(Continua na página 23)

O Banco Central (BC) quer "limpar" a agenda dos acordos com o Clube de Paris. A pressa, segundo o diretor da Área Externa do BC, Arnim Lore, deve-se ao excesso de pedidos de importações de máquinas e equipamentos em poder da Cacex. "É preciso que haja linhas de crédito lá fora para atender a esse interesse", explicou.

A proposta dos EUA...

por Getulio Bittencourt
de Washington
(Continuação da 1ª página)

de bancos sindicalizados no empréstimo. "Promessa negativa" (negative pledge) impede os países de comprarem suas próprias dívidas com o desconto do mercado secundário. Mas os dois conceitos podem ser resumidos, em "pleno sentido da língua inglesa, que todos os bancos precisam ser tratados igualmente pelos países endividados", traduziu para este jornal o vice-presidente que opera papéis do Terceiro Mundo na Salomon Brothers. Steve Dizard, que participou do almoço. "A suspensão dessas cláusulas abre um caminho inteiramente novo, que permitirá negociações muito mais rápidas, em dias, e não mais em meses", acrescentou.

O secretário do Tesouro propôs que essas cláusulas sejam suspensas pelo período de três anos, para permitir um processo ordenado de negociação durante um período curto mas suficiente para aferir a eficácia do programa. Ele acrescentou que "nós esperamos também que as nações devedoras mantenham programas viáveis de conversão da dívida por investimentos durante a vigência dessa proposta, e encorajá-las a permitir que empresários nacionais domésticos se engajem nessas transações".

Em seguida, Brady deu outra guinada de 180 graus na política norte-americana até aqui, ao dizer que "as instituições financeiras internacionais precisarão continuar a ter papéis centrais. O centro de seu esforço seria promover políticas sólidas nos países endividados através de assessoria e suporte financeiro".

Mais importante ainda, Brady diria que, "além disso, para apoiar e encorajar os esforços dos devedores e dos bancos comerciais para reduzir o peso da dívida e do serviço da dívida, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) poderiam prover fundos, como parte de seus programas de empréstimos, para propósitos de redução do serviço ou da dívida".

"Esse é um avanço considerável, porque a administração em Washington vinha-se opondo à participação das instituições financeiras internacionais no financiamento de programas de redução da dívida externa", salientou William D. Rogers, subsecretário de Estado para assuntos econômicos no governo Jimmy Carter, que foi um dos conferencistas convidados pelo Bretton Woods Committee para debater o assunto.

Brady afirmou em seu discurso que a atual administração continuará tratando do assunto, devendo enviar propostas de legislação ao Congresso nas próximas semanas. Mas ele não falou em teto de recursos que o BIRD e o FMI poderão alocar nesses programas de redução da dívida e do serviço. "Serão até 25% de seus fundos para empréstimos", informaria horas depois o senador Bill Bradley, que preside o subcomitê do Senado para a dívida externa do Terceiro Mundo, e que falaria na mesma conferência no final da tarde de sexta-feira.

De acordo com a visão de Brady, "embora o FMI e o BIRD possam querer fixar parâmetros sobre como seus fundos serão usados, a

negociação das transações permanecerá no mercado, encorajada e apoiada, mas não administrada pelas instituições internacionais".

Continuando a delinear seu plano, o secretário do Tesouro sugeriria adiante que "os governos credores devem também considerar como reduzir impedimentos regulatórios, contábeis ou fiscais à redução de débitos, onde eles existam". Os Estados Unidos são reconhecidamente um desses lugares. "Evidentemente, facilidades fiscais favoreceriam muito a nossa cooperação, embora eu deva ressaltar que os bancos comerciais têm cooperado em todo esse processo", afirmou outro conferencista, A. W. Clausen, presidente do Bank of America, ex-presidente do BIRD.

Mas não será simples aprovar essa legislação no Congresso norte-americano, a julgar pelo painel de três parlamentares no Bretton Woods Committee. "Sob a lei atual, os contribuintes norte-americanos serão penalizados." Opinião semelhante teve outro senador democrata, Bradley. E o deputado republicano Jim Leach, que integra o comitê de bancos da Câmara, é simplesmente um dos autores da lei atual. "Tanto quanto a diferença entre a regulamentação dos bancos e das empresas de crédito imobiliário ajudou a precipitar a crise dessas empresas, a diferença de regulamentos bancários para empréstimos nacionais e internacionais ajudou a precipitar o atual problema dos países menos desenvolvidos", alertou Leach.

A mesma comparação seria feita mais tarde por Henry Kaufman, que preside sua empresa de consultoria e foi diretor-geral da Salomon Brothers, mas do ângulo oposto. "Teremos que achar o meio de socializar os prejuízos da dívida do Terceiro Mundo, da mesma forma que estamos socializando os prejuízos das empresas de crédito imobiliário agora", afirmaria Kaufman.

Brady não deu detalhes do que seriam as propostas legais da administração. Mas ele discutiria em deta-

lhes até o papel das instituições financeiras internacionais. "Embora nós acreditemos que o FMI deva continuar a estimar as necessidades de financiamento dos países devedores, nós questionamos se as instituições financeiras internacionais devem atrasar seus desembolsos iniciais até que acordos firmes, detalhados, sejam providos por outros credores para financiar o que falta", argumentou. Houve queixas de outras fontes.

As instituições criadas em Bretton Woods, e particularmente o BIRD, seriam duramente atacadas pelo representante japonês no debate, o presidente do Banco de Tóquio, Yusuke Kashiwagi. Ele observou que o BIRD está tentando competir com os bancos privados, esquecendo-se de cumprir o seu papel, que é ajudar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

O secretário do Tesouro, enfim, definiria os quatro objetivos dessa revisão do Plano Baker: assegurar que os benefícios estejam disponíveis para todos os países endividados que demonstrem compromissos com políticas econômicas firmes; minimizar o custo ou virar o risco contingente para governos credores e contribuintes; prover o máximo de oportunidades para transações voluntárias, baseadas no mercado, mais do que centralização mandatória da reestruturação de dívidas; e captar melhor as alternativas de fontes privadas de capital.

Ele introduziria seu programa informando que "nós fizemos consultas próximas com o Japão e com outras nações industrializadas", além de levar em conta "as visões das nações endividadas, instituições multilaterais, bancos comerciais e legisladores".

Brady reconheceria também que os povos dos países em desenvolvimento "têm feito substanciais sacrifícios pelos quais conquistaram nossa admiração. Nós precisamos trabalhar juntos para transformar esses sacrifícios em benefícios tangíveis e duráveis".

A primeira parte de seu discurso contém, enfim,

um elogio ao Plano Baker, com seus quatro pressupostos que continuam: o crescimento é essencial para resolver a questão da dívida; os países devedores precisam reformar suas economias; esses países precisam de mais recursos externos; e as soluções têm de ser negociadas caso a caso.